

As escolas de formação e a obra do antropólogo Darcy Ribeiro:

O Brasil e os Brasileiros

Yolanda Lima Lobo*

Resumo: Esse texto está construído em três partes. A primeira, introdutória, tem a finalidade de tornar conhecidas as escolas formadoras do antropólogo Darcy Ribeiro e descrever os acontecimentos, mais ou menos encadeados, que explicam sua busca incansável para compreender a formação e o sentido do povo brasileiro. A segunda parte expõe o corpo do texto *O Brasil e os brasileiros, sua gestão como povo*, uma reconstrução e compreensão em teoria produzida pelo antropólogo. Na última parte, apresento interrogações feitas por Darcy Ribeiro e convido os brasileiros para ler *O Povo Brasileiro*, um discurso sobre suas origens e os fundamentos das desigualdades e diferenças que perduram ainda nos dias atuais, em um Estado que se estrutura com fundamento em uma ética sem dignidade, consubstanciada no exercício da coação, discriminação e exclusão social. As interrogações de Darcy merecem estudos e respostas. Um novo porvir é possível?

Palavras-Chave: Darcy Ribeiro. O Povo Brasileiro. Brasil. Antropólogo. A Formação do Brasil.

Abstract: This text is built in three parts. The first, an introduction, aims to present the formation schools of the anthropologist Darcy Ribeiro and describe the events, more or less linked, that explain his tireless search to understand the formation and meaning of the Brazilian people. The second part expounds the body of the text *Brazil and the Brazilians, their management as a people*, a theoretical reconstruction and understanding developed by the anthropologist. In the last part, I raise questions posed by Darcy Ribeiro and invite Brazilians to read *The Brazilian People*, a discourse on its origins and the foundations of the inequalities and differences that persist even today in a State that is structured on the basis of an ethic without dignity, embodied in the exercise of coercion, discrimination and social exclusion. Darcy's questions are still relevant today and deserve studies and answers. Is a new future possible?

Keywords: Darcy Ribeiro. The Brazilian people. Brazil. Anthropologist. The formation of Brazil.

Resumen: Este texto está construído en tres partes. La primera, introductoria, tiene como objetivo dar a conocer las escuelas educativas del antropólogo Darcy Ribeiro y describir los acontecimientos, más o menos vinculados, que explican su búsqueda incansable por comprender la formación y el sentido del pueblo brasileño. La segunda parte expone el cuerpo del texto *O Brasil e os Brasileiros*, su gestión como pueblo, una reconstrucción y comprensión en la teoría producida por el antropólogo. En la última parte, presento preguntas planteadas por Darcy Ribeiro e invito a los brasileños a leer *O Povo Brasileiro*, un discurso sobre sus orígenes y los fundamentos de las desigualdades y diferencias que aún persisten hoy, en un Estado que se estructura sobre la base de una ética. sin dignidad, encarnada en el ejercicio de la coacción, la discriminación y la exclusión social. Las preguntas de Darcy merecen estudios y respuestas. ¿Es posible un nuevo futuro?

Palabras-clave: Darcy Ribeiro. El pueblo brasileño. Brasil. Antropólogo. Formación del Brasil.

* Doutora em Educação, membro da Coordenação Editorial da revista Terceiro Milênio (2013-2017) e do Conselho Curador da Fundação Darcy Ribeiro (2010-20014). Professora de Programas de Pós-Graduação FE/UFRJ e de Sociologia Política UENF (2007-2015).

I-Introdução

A obra científica não é obra “acabada”. O seu principal sentido é fazer surgir novas indagações. Na esfera da ciência, o fazer do cientista e seus objetivos, um dia, poderão ser revistos e tornar-se fontes de inspiração para novos estudos. Não é possível concluir um trabalho sem esperar, ao mesmo tempo, que outros avancem ainda mais. (Cf. Weber, 2011)

Ainda muito jovem Darcy inicia seus estudos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Nessa escola recebeu, segundo ele, influências marcantes na sua formação, e as deixou registradas em suas memórias. (Ribeiro, 1996) Donald Pierson, o norte-americano que lhe suscitou o interesse pelo Brasil e o introduziu nos estudos da comunidade, escolheu a formulação do objeto de suas investigações: o Brasil, para tentar compreender a sociedade brasileira tradicional. O primeiro trabalho que o Professor Pierson lhe pediu foi para elaborar um levantamento bibliográfico de estudos literários (vários gêneros) e científicos de autores brasileiros. Que retratos do Brasil foram feitos por esses autores? Eis a pergunta condutora da pesquisa bibliográfica. Militante do Partido Comunista, Darcy, em princípio, resistiu a fazer a leitura de alguns autores, pois além da não recomendação do partido, ele julgava ser perda de tempo ler, por exemplo, a obra de Oliveira Viana. Pierson retrucou fazendo-o compreender que qualquer tipo de censura impede o desenvolvimento da ciência e que a leitura sociológica deve fazer indagações às obras dos autores indicados destacando aquilo que elas não respondiam, ou o caráter ideológico da obra. O levantamento bibliográfico que fez como tarefa para Pierson, segundo registrou Darcy, proporcionou-lhe adentrar o Brasil dando-lhe matéria concreta para “nos pensar como Povo”. (Ribeiro, 1996, p.125) Essa influência foi marcante nos estudos de revisão crítica que realizou sobre o pensamento social brasileiro, que resultaram em duas de suas obras: *Os Brasileiros e O Povo Brasileiro*.

Mas, foi Herbert Baldus, professor dessa Escola, que o ensinou a amar os índios. Segundo Darcy, ele recebeu desse professor como legado “seu ideal científico de estudar a natureza humana pela observação dos modos de ser, de viver e de pensar dos índios do Brasil”. (Ribeiro, 1996, p. 126) Orientador de Darcy, Baldus escreveu-lhe uma carta em que sublinhava a importância do jovem antropólogo para prosseguir com sua obra: “você é minha grande esperança para prosseguir naquela obra a que me dediquei por toda a minha vida: salvar os índios do Brasil e ensinar ao mundo o que eles são.” (Idem).

O Marechal Rondon a a escola indígena

Foi Baldus quem o apresentou ao marechal Rondon, Diretor do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, que o contratou como etnólogo, para trabalhar no Serviço de Proteção aos Índios. Com Rondon, a quem Darcy chamava de mestre, inicia sua profissão de etnólogo em expedições pelo Brasil para conhecer uma das matrizes formadoras do povo brasileiro: a matriz indígena. Convicto de que não poderia ser possível falar de alguma coisa sem conhecê-la, inicia uma viagem pelo Brasil indígena, que perdurou por dez anos. Viveu o melhor tempo de sua vida, segundo ele, em aldeias indígenas. O aprendizado com as tribos indígenas incluiu dois principais temas: aprendeu a língua Tupi-Guarani (os cadernos desse aprendizado foram guardados e hoje fazem parte de seus arquivos) e a respeitar a natureza humana e o meio ambiente. Os registros de suas pesquisas – cadernos, relatórios científicos, filmagens e documentários – e, principalmente, a correspondência com outros cientistas-, dão conta do rico, dedicado e extraordinário trabalho realizado pelo antropólogo. Indignado com o avanço de invasores nas terras indígenas escreve ao marechal Rondon relatando os efeitos adversos provocados por invasores nas terras e na vida das populações indígenas. E indaga: que medidas o Serviço de Proteção aos Índios deve tomar de imediato para evitar as mortes dos índios? Esta é, sem dúvida, uma questão que permanece aberta até hoje. No seu retorno ao Rio de Janeiro, assume a direção da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios (1952) e faz da luta pela população indígena um objetivo de sua vida. Elabora o projeto para criação do Parque Indígena do Xingu, e cria o Museu do Índio, um espaço vivo de culturas indígenas, com objetos artesanais, danças, comidas, e representantes de tribos com a finalidade de tornar conhecidas, para a população urbana, a importância e a riqueza da matriz indígena na formação do povo brasileiro.

A escola Anísio Teixeira

Por curioso que possa parecer, o trabalho realizado por ele em comunidades indígenas o introduziu na escola do mestre Anísio Teixeira. Em uma conferência realizada no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Professor Anísio Teixeira, então diretor desse Instituto, ouviu com interesse o relato de Darcy sobre a organização complexa e rica de sociedades indígenas. Alguns dias depois, esse Professor, um estudioso da Escola de Chicago, convida Darcy para dirigir o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do INEP (1957). A comunidade escolar passa a ser, então, o novo objeto de pesquisas do antropólogo. Era o Brasil, como objeto de estudo: das

comunidades indígenas às comunidades urbanas. Se Random foi quem o ensinou a “ser gente”, Anísio foi seu “santo-sábio”. Cada um deles com suas lutas “que passaram a ser as minhas: a proteção aos índios e a educação do povo”. (Ribeiro, 1997, p. 223). Assim tem início o trabalho de Darcy com a educação, com seu mestre Anísio Teixeira, a quem reputava ser a consciência mais lúcida do Brasil. Com ele não somente aprendeu a reconhecer a relevância da escola pública, mas, sob sua orientação, tomou conhecimento da situação precária da escola básica e média brasileira e do ensino superior, lendo os relatórios de pesquisas realizadas pelo INEP (desde a criação desse órgão em 1938). Ambos participam da elaboração do projeto de organização do Sistema Educacional de Brasília (uma concepção de Anísio Teixeira) estruturado com as Escolas Classes e Escolas Parques, e do projeto de criação da Universidade de Brasília (1960), da qual foi seu primeiro Reitor (1961). Em agosto de 1962, ingressa na vida política como Ministro da Educação e Cultura.

A escola política pinheirista (João Pinheiro)

Para exercer essa nova tarefa busca inspiração em uma escola mineira de Administração Pública. Trata-se da “Escola Pinheirista”, como ficou conhecida a administração do político João Pinheiro no Governo de Minas Gerais. Como outros ilustres conterrâneos – Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek -, Darcy foi um admirador de João Pinheiro, político mineiro, fundador do Partido Republicano em Minas Gerais, que governou Minas Gerais em dois períodos: interinamente, de fevereiro a agosto de 1890, e eleito Presidente do Estado de Minas Gerais em 1906. O governador João Pinheiro fez escola introduzindo a política de modernização na gestão do Estado de Minas Gerais. Para ele, a ação política exige direção empírica e objeto claro da atividade intelectual do político.

No exercício de cargos de direção públicos, Darcy Ribeiro faz uso do legado da administração Pinheirista, isto é, da obra de modernização da administração brasileira. Isso significava unir a dupla funcionalidade da atividade intelectual: formação empírica para a pesquisa aplicada e intervenção política. Assim tem início o trabalho de Darcy com a educação, sempre com seu mestre Anísio Teixeira, quando ocorreu o movimento político militar que destituiu o presidente João Goulart da Presidência da República em 1964. Darcy segue para seu primeiro exílio, no Uru-guai. Em sua bagagem, levou sua biblioteca e seus arquivos de pesquisas.

II - O Brasil e os brasileiros, sua gestão como povo, uma análise de Darcy Ribeiro

O exílio é tempo de distanciamento para refletir e buscar respostas para seu estado de perplexidade. Darcy necessitava, urgentemente, de interlocutores com quem pudesse estabelecer diálogos e encontrar respostas para suas inquietações. A quem poderia recorrer, no exílio? Ao mestre, certamente. Anísio Teixeira encontrava-se nos Estados Unidos. Por meio de um amigo comum, o cientista Charles Wangler, consegue iniciar um diálogo com seu mestre por meio de correspondência endereçada a Wangler.

A parte preliminar das cartas manifesta sentimentos de desconsolo, de pesar pela ausência, de reencontro. Ao mesmo tempo, apresenta um entusiasmo com a tarefa de escrever um livro, e “o peito cheio de esperança de voltar logo e retomar o processo”. Mas, o núcleo das cartas expõe uma leitura sociológica da situação política e econômica do mundo, notadamente das Américas, e uma busca por respostas racionais sobre os acontecimentos que provocaram a derrubada do Presidente João Goulart. - “*Valeu a pena?*”, indaga o discípulo ao mestre: “gostaria imensamente de lhe falar e de ouvir sua apreciação sobre os acontecimentos, porque estou certo de que uma compreensão clara da experiência vivida é indispensável para irmos à frente”. (Arquivo Darcy Ribeiro, Série Correspondência Diversa. DR, 1964.06.01. v. 1-7, p.1. Fundação Darcy Ribeiro).

Em três partes de sua carta Anísio responde ao discípulo:

- 1- Sobre as razões que levaram à derrubada do Governo Goulart, na análise sociológica que faz da situação brasileira, Anísio considera ter sido o medo da classe média de enfrentar a mudança social que teria provocado o desfecho do movimento militar;
- 2- Considera que estava prevendo um período de consolidação entre os países desenvolvidos e um período de contenção nos países subdesenvolvidos;
- 3- Entrevista o surgimento de “um novo vitorianismo, semelhante ao que sucedeu no século XIX”, posto que, segundo ele, “a prosperidade crescente dos países desenvolvidos fatalmente os conduzem a unirem-se num esforço comum para compressão do mundo subdesenvolvido”.

Assim sendo, conclui ele,

Por onde, porém, pode espreitar alguma esperança? Talvez, no desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia. O mundo está cada vez mais sob a ação de engenheiros e mecânicos, servidos por conhecimentos cada vez mais espantosos. Até hoje tem sido eles, como força reflexa e não direta. Será que uma espécie de *managerial revolution* irá tomar conta do mundo e (...) acabem os engenheiros – entendido esse termo no mais lato sentido – substituindo os políticos ou pondo os políticos ao seu serviço? Seria a lógica da ciência e de sua aplicação a substituir

a lógica das ideologias. Dizem ser isto o que está sucedendo na Rússia e já sucede aqui – em relação, pelo menos, ao problema da produção. Seria uma forma meio marxista de compreender a produção. Desenvolvida a sua técnica, essa técnica conduziria o mundo. Isto lembraria o que sempre disse que o Brasil chegaria à riquezas no dia em que essa riqueza fosse algo de tão automático, que lhe pudesse ser imposto sem exigir esforço individual. (Arquivo Darcy Ribeiro, Série Correspondência Geral. DR, 1964.06.01. v. 1-7, p.1. Fundação Darcy Ribeiro)

A carta do mestre suscitou em Darcy a necessidade de reler Marx, o Tomo I de *Capital*, para elaborar os conceitos com os quais trabalharia Os Estudos Antropológicos da Civilização, obra em cinco volumes. Reexamina as teorias explicativas vigentes sobre desenvolvimento econômico e socio-cultural do “Velho Mundo” e concluiu que eram um tanto reducionistas. Faz uma série de indagações e não encontra respostas para suas questões em nenhuma delas. Então, cria uma nova abordagem para compreender afinidades e diferenças ocorridas no processo cultural no Velho e no Novo Mundo, em seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, em 1968, com inspiração marxista. Usa o conceito marxista de *tecnologia* como fundamento para gerar uma nova tipologia de seu esquema evolutivo. Em 1968, publica o primeiro livro dessa série de Estudos, *O Processo Civilizatório*, pela editora Civilização Brasileira.

Em continuação, publica *As Américas e a Civilização*, uma abordagem antropológica sobre os fundamentos da formação de etnias nacionais americanas, agrupando-os em três categorias: Povos-Testemunho (remanescentes das civilizações pré-colombianas: andinos e mexicanos), Povos-Novos (originados do processo de miscigenação de europeus, indígenas e africanos, como o Brasil), e Povos Transplantados, matriz cultural e populacional importada de modo direto (Estados Unidos e Canadá).

Seguem-se as publicações de três livros: *O dilema da América Latina*, uma espécie de obra em denúncia que focaliza as estratégias de poder dos Estados Unidos para explorar e controlar graus de progressos de países Latino-Americanos. Em continuidade a esse livro, Darcy se dedica a estudar a formação da sociedade brasileira, em *Os Brasileiros*. O antropólogo cria uma teoria da cultura cujo conceito básico é o de transfiguração étnica. Esse conceito serve de base para seu novo estudo: *Os Índios e a Civilização*, uma análise do processo de integração dos índios na sociedade brasileira.

O livro síntese dessa série, *O Povo Brasileiro*, Darcy começou a escrevê-lo ainda no exílio, em 1973. Estava no Peru quando concluiu a primeira versão, que chegou a ser editada, mas, por considerá-la um estudo inacabado, não autorizou a publicação.

Já no Brasil, em seu retorno do exílio, reviu suas anotações e recomeçou a escrever o livro. Mas os compromissos políticos - foi eleito vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, (1983) e Senador da República (1990)-, e a retomada dos projetos com educação, entre outros, impediram-no de concluir o livro. Em 1995, já bastante doen-

te, foge do hospital no Rio de Janeiro para sua casa em Maricá (RJ) para concluí-lo. No prefácio escreveu: “este livro foi o maior desafio a que me propus. Ainda é. Há mais de 30 anos o escrevo e reescrevo-o, incansável”. (Ribeiro, 1996, p 11).

Para compreender a formação do povo brasileiro Darcy Ribeiro opera com duas categorias de análise explicativas, mutuamente excludentes: *Novo*, *Velho*. Essas conduzem a uma terceira como síntese da identidade dessa formação: o povo brasileiro é um *renovo mutante*. Apresenta quatro argumentos para fundamentar e elucidar sua análise.

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Novo porque se vê a si mesmo como uma gente nova, novo gênero diferente de quantos existam. Novo porque é um novo modelo de estruturação societária, com uma forma singular de organização socioeconômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Novo pela inacreditável alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado que encoraja e comove a todos os brasileiros. (Ribeiro, 1995, p. 17)

Contraditoriamente, é um povo Velho, segundo o autor, “porque se viabiliza como um proletariado externo (...) como um implante ultramarino da expansão europeia”. Assim sendo, “não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial”. Sob essa perspectiva o Brasil emerge “como um *renovo mutante*, remarcado de características próprias, mas atado geneticamente à matriz portuguesa”. (Id. p.18)

A análise do antropólogo aponta três matrizes étnicas formadoras do Povo Brasileiro: a matriz indígena, a matriz lusitana e a matriz africana.

A matriz indígena

O antropólogo assinala que tribos do tronco tupi ocupavam quase todo o litoral atlântico do Brasil, formando uma enorme área linguística tupi-guarani. O idioma tupi foi a língua materna de uso corrente no Brasil até meados do século XVIII. Expandiu-se mais que o português como a língua da civilização. Os povos indígenas falavam línguas do mesmo tronco, “dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartiam, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam”. (Ribeiro, 1995, p.26).

Darcy registra diversidades tribais e organizações sociais altamente complexas e modelos de educação inovadores em algumas dessas tribos. Sobre a evolução cultu-

ral, o antropólogo registra os progressos na agricultura, com novas técnicas de plantio e preservação de alimentos. Por caminho próprio, afirma Darcy, “domesticaram diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados” (a mandioca selvagem, por exemplo, venenosa, devido ao ácido cianídrico, passou por seleção de variedades até que chegasse ao menor valor de toxicidade). Cultivavam milho, batata-doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, carauá. Confeccionavam cuias e cabaças, elaboravam condimentos com pimenta, erva-mate, guaraná. Os grandes roçados foram construídos na mata e para isso derrubavam árvores, segundo Darcy, usando machado, pedras e fogo para limpar o terreno. (Cf. Ribeiro, 1995, p.28). Os avanços alcançados na agricultura asseguravam-lhes profusão alimentar durante o ano, contrabalançando meses de abundância com os de escassez, com a caça e a pesca. Citando Betty Meggers (1971) Darcy observa que “permaneciam, porém, dependentes do acaso para obter outros alimentos da caça e da pesca, também sujeitos a uma estacionalidade marcada por meses de enorme abundância e meses de escassez.” (Ribeiro, 1996, p. 29).

Nos lugares onde havia profusão da pesca e da caça, formaram-se “sítios privilegiados”, tipos de aldeias agrícolas indiferenciadas que chegaram a alcançar cerca de três mil pessoas, segundo Ribeiro (1995, p. 29). A guerra entre tribos do mesmo tronco Tupi e de outras tribos, por disputas pelos sítios, causavam animosidade que culminavam em rituais antropofágicos.

Apesar da unidade linguística e cultural que permite classificá-los numa só macroetnia (...) os índios do tronco Tupi não puderam jamais unificar-se numa organização política que lhes permitisse atuar conjuntamente. Sua própria condição evolutiva de povos de nível tribal fazia com que cada unidade étnica, ao crescer, se dividisse em novas entidades autônomas que, afastando-se umas das outras, iam se tornando reciprocamente mais diferenciadas e hostis. (Ribeiro, 1995, p. 30)

Os Tupis tentaram estabelecer confederações regionais que, entretanto, não prosperaram. As hostilidades entre tribos foram exploradas por portugueses e franceses para guarnecer suas tropas com indígenas e guerrear em benefício de seus interesses: Tamoios, com os franceses na Guanabara; Tupinambá no Rio de Janeiro; Carijós, Goitacá, Aymoré, em São Paulo. Sobre essas guerras o antropólogo escreveu:

Nessa guerra inverossímil da Reforma versus Contrarreforma, dos calvinistas contra os jesuítas, em que tanto os franceses como os portugueses com exércitos indígenas de milhares de guerreiros (...) jogava-se o destino da colonização. E eles nem sabiam por que lutavam, simplesmente eram atçados pelos europeus, explorando sua agressividade recíproca. (...) os

índios jamais estabeleceram uma paz estável com o invasor, exigindo dele um esforço contínuo, ao longo de décadas, para dominar cada região. (Ribeiro. 1995, p. 30)

A análise do antropólogo acentua dois fatores importantes: a ausência de uma organização política estruturada e o papel da religião aliado ao expansionismo mercantilista europeu, como traços característicos da formação do povo brasileiro.

A matriz lusitana

A estrutura administrativa mandatária do poderio português sobre o Brasil compreendia um conglomerado de instituições, segundo Darcy “interativas”, “equivalentes” e “competitivas” entre si. (Cf. Ribeiro 1995, p.33)

Destacava-se o Conselho Ultramarino, em Lisboa, com as funções de planejar, ordenar, aparelhar, incrementar os mecanismos do empreendimento mercantil com novas tecnologias: a “nau oceânica, com suas novas velas de mar alto, leme fixo, bússola, astrolábio, e os canhões de guerra.” (Ribeiro, 1995, p. 35). Essa produção de novas tecnologias, proveniente de uma junção dos saberes de experiências acumuladas e da ciência, cumpria o objetivo para conquistar o mundo, sob a regência da Europa, e das normas básicas estabelecidas pelo Vaticano, “era a humanidade mesma que entrava noutra instância de sua existência”, sublinha Darcy. E acrescenta que, para isso, “se extinguiriam milhares de povos, com suas línguas e culturas próprias singulares, para dar nascimento às macroetnias maiores e mais abrangentes”. E completa: “O motor dessa expansão era o processo civilizatório que deu surgimento a dois Estados nacionais: Portugal e Espanha.” (Op. cit, p. 35).

O Vaticano se constituiu como a entidade que se apropria do privilégio exclusivo do uso legítimo da força moral e física sobre as populações das colônias portuguesas e espanholas. Se a força não produz nenhum direito sobre os homens, as bulas papais o fazem para controlar o *Novo Mundo*. Os estudos de Darcy citam duas bulas: a *Romanos Pontifex*, 08-02-1454, e a *Inter Coetera*, de 04-05-1493.

A *Romanos Pontifex* “concede ao rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar, a quaisquer sarracenos pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir a servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes.” (Ribeiro, 1995, p. 36). Já as cláusulas em direito *perpetuum* - asseguradas pela “autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro, assim como do vicariato de Jesus Cristo, a qual exercemos na terra, para sempre” - doavam, concediam e entregavam aos herdeiros e sucessores dos monarcas “em todos os seus domínios cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições, e todas as pertenças”. Outorgam “a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores”, direito com pleno, livre e

irrestrito poder, “autoridade e jurisdição sobre as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica...” (Ribeiro, 1995, p. 37).

Para Darcy, desde então, essa é a lei que vigora no Brasil. Ela, afirma o antropólogo, é o fundamento sobre o que se pode excluir da regra e constituir firmes alicerces “do direito do latifundiário à terra que lhe foi uma vez outorgada, bem como o comando de todo o povo como uma mera força de trabalho, sem destino próprio, cuja função era servir ao senhorio daquelas bulas”. (Ibidem).

A matriz africana

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é mais compatível com a preservação dos seus interesses. O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos. (Ribeiro, 1995, p.106)

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Citando as obras de Artur Ramos e de Nina Rodrigues, Darcy destaca três grandes tipos culturais na procedência africana no Brasil: o primeiro, das culturas sudanesas - Yoruba, Dahomey, Fanti-Ashanti, além dos representantes da Gâmbia, Serra Leoa, Costa Malagueta, e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe para o Brasil culturas islamizadas - Peuhl, Mandinga, Haussa - do norte da Nigéria. O terceiro grupo cultural africano compreendia tribos Bantu do Congo-angolês (Angola) e da Contra Costa (Moçambique). (Cf. Ribeiro, 1995, p. 102)

Os estudos realizados por Darcy elencam as circunstâncias adversas que impediam a unificação racial entre os africanos na Colônia brasileira. As tribos africanas falavam dialetos diversos que impediam a formação de uma unidade linguístico-cultural que proporcionasse uma unificação aos negros submetidos à escravidão. A religião, expressão da consciência negra, em lugar de unificá-los, desunia-os. A política escravagista desagregadora: os portugueses evitavam a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia nas mesmas propriedades e até nos mesmos navios negreiros, para impedir a formação de núcleos solidários que retivessem um patrimônio cultural africano. Na colônia brasileira, os negros encontraram já constituídos os núcleos formados pela protocélula luso-tupi.

Os Engenhos e as Minas são espaços físicos, associativos e ideológicos, nos quais o negro escravo reconstitui suas virtualidades de ser cultural. Pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra, dá-se o início de um corpo de novas compreensões mais amplo e mais satisfatório.

... dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e frequentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente ao universo cultural da nova sociedade. (Ribeiro, 1995, p.103)

No entanto, salienta Darcy, apesar das adversidades, conseguem ir à frente de outros ao aprender o português “com que os capatazes lhes gritavam e que mais tarde, utilizariam para comunicar-se entre si,” (Ribeiro, 1995, p. 103). Assim sendo, conseguem “aportuguesar o Brasil, além de influenciar de múltiplas maneiras as áreas culturais onde mais se concentraram que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país.” (ibidem)

Contudo, embora no universo cultural simplificado dos engenhos e das minas o negro tivesse acesso a um corpo de elementos adaptativos (relativo à tecnologia, com que se produzem e reproduzem as condições materiais de existência), associativos (concernentes aos modos de organização da vida social) e ideológicos (relativo às formas de comunicação, ao saber, às crenças, à criação e à autoimagem étnica), oriundos da protocélula étnica tupi, sua condição de escravo o impedia de se expressar nas formas de adaptação e nos modos associativos prescritos na estrutura da sociedade estratificada da colônia. No entanto, o negro sobreviveria principalmente no plano ideológico. Foi por meio de seus valores espirituais, das crenças religiosas e das práticas mágicas, e de suas reminiscências rítmicas e musicais e de saberes e gostos culinários, guardados no mais recôndito de si, que a herança africana se fez presente na cultura brasileira.

Essa parca herança africana - meio cultural e meio racial – associada às crenças indígenas emprestaria, entretanto, à cultura brasileira, no plano ideológico uma singular fisionomia cultural. Nessa esfera é que se destaca, por exemplo, um catolicismo popular muito mais discrepante que quaisquer heresias cristãs tão perseguidas em Portugal. (Ribeiro, 1995, p.105)

A cor, a língua, as feições africanas, as cadências e ritmos, o gosto e os sentimentos, são marcas principais da influência negra no Brasil.

Examinando o conjunto de características próprias à vida social resultante do projeto colonial, Darcy esclarece como se construiu a estrutura de uma sociedade

bipartida - excludente, que não considerou o modo de vida da célula vigente indígena - estratificada, escravista, dividida entre senhores e escravos, rural e urbano, e que “atuava como um rebento ultramarino da civilização europeia em sua versão portuguesa.” (idem)

Estamos diante do resultado de um processo civilizatório que, interrompendo a linha evolutiva prévia das populações indígenas brasileiras, depois de subjugar-las, recruta seus remanescentes como mão de obra servil de uma nova sociedade que já nascia integrada numa etapa mais elevada da evolução sociocultural. No caso, esse passo se dá por incorporação ou atualização histórica - que supõe a perda de autonomia étnica dos núcleos engajados, sua dominação e transfiguração, estabelecendo as bases sobre as quais se edificaria, daí em diante, a sociedade brasileira. (Ribeiro, 1995, p. 66)

Segundo Darcy, essas bases tornam-se visíveis com a implantação dos primeiros engenhos açucareiros, que cumpriam a missão de vincular os antigos núcleos extrativistas ao mercado mundial, viabilizando assim sua existência na condição socioeconômica de um “proletariado externo”, numa sociedade estruturada como colônia mercantil-escravista da metrópole portuguesa.

Fazendo uso de uma abordagem marxista, a análise do antropólogo explicita, em três planos, a forma como as bases estruturais alicerçam o estabelecimento dos núcleos coloniais brasileiros. Para ele, no plano adaptativo, destacam-se: - a incorporação da tecnologia europeia aplicada à produção, à construção e à guerra, com uso de instrumentos de metal e de dispositivos mecânicos; - a navegação transoceânica que integrava os novos mundos em uma economia mundial, como produtores de mercadorias de exportação e como importadores de negros escravos e bens de consumo; - a instalação do engenho de cana, assentada na aplicação de diversos procedimentos agrícolas, químicos e mecânicos para produção de açúcar. Novas tecnologias para exploração da mineração de ouro e diamantes; a criação de rebanho de gado, para uso de transporte e tração e para abastecimento de carne e couro; a criação de galinhas, porcos e outros animais domésticos que associada à lavoura indígena, proveria a subsistência dos núcleos coloniais; o plantio de novas espécies de plantas cultiváveis, alimentícias e industriais, que passariam assumir importância decisiva na vida econômica de diversas variantes da sociedade nacional. A tecnologia portuguesa de produção de tijolos, telhas, sapatos, sabão, cachaça, rodas de carros, pontes e barcos. (Cf. RIBEIRO, 1995, p. 68)

Para implantar uma nova civilização foi preciso uma ação rigorosa para substituir, no plano Associativo: - a escravatura indígena pelo tráfico africano; - o regime de “solidariedade elementar fundada no parentesco, característico do mundo tribal

igualitário”, por formas de estruturação social que resultaram na estratificação “em classes antagônicas opostas, mas interdependentes pela complementaridade de seus papeis”. (RIBEIRO 1995, p. 67) E, mais importante, formar uma estrutura socioeconômica única que incorporasse todos os núcleos locais. No topo dessa estrutura, estaria a classe dominante do patronato de empresas “e uma elite patricial dirigente, cujas funções principais eram tornar viável e lucrativa, do ponto de vista econômico, a empresa colonial e defendê-la da insurgência de escravos, dos ataques indígenas e das invasões externas.” (idem, p. 69). Era necessário, também, dispor de “capitais financeiros para custear a implantação das empresas, provê-las de escravos e outros recursos produtivos e capacitados para arrecadar as rendas que produzisse.” (ibidem)

No plano ideológico, o estudo do antropólogo aponta os elementos que moldam a cultura das comunidades neobrasileiras, a saber: - a língua portuguesa, que se difunde e se converte no veículo único de comunicação das comunidades brasileiras entre si e delas com a metrópole; - um estrato social de letrados ínfimo que, “através do domínio do saber erudito e técnico europeu de então, orienta as atividades mais complexas e opera como centros difusos de conhecimentos, crenças e valores”; - artistas que exercem suas atividades obedientes aos gêneros e estilos europeus, principalmente o barroco. E, principalmente,

Uma Igreja inicial, associada a um Estado salvacionista, que depois de intermediar a submissão de grupos indígenas através da catequese impõe um catolicismo de corte messiânica e exerce um rigoroso controle da vida intelectual da colônia, para impedir a difusão de qualquer outra ideologia e até mesmo de saber científico. (Ribeiro, 1995, p. 69)

Em forma conclusiva, Darcy afirma que:

“Aqueles inovações tecnológicas, somadas às referidas formas mais avançadas de ordenação social e a esses instrumentos ideológicos de controle e expressão proporcionaram as bases sobre as quais se edificou a sociedade e a cultura brasileira como uma implantação colonial europeia.” (RIBEIRO, 1995, p. 69)

Sob o título *O Brasil e os brasileiros: um povo novo* o antropólogo orienta essa parte de seu estudo fazendo uma série de interrogações:

Quando é que, no Brasil, se pode falar de uma etnia nova, operativa? Quando é que surgem brasileiros, conscientes de si? Se não orgulhosos de seu próprio ser, ao menos resignados com ele?”(RIBEIRO, 1995, p.119)

Segundo ele,

É muito provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provocava no lusitano do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos - que ele desprezava -, nem com os europeus - que o desprezavam -, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro. Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondente a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilidade. (RIBEIRO, 1995 p. 115)

Apoiando-se nas pesquisas de Curt Nimuendaju, o antropólogo afirma ser o Brasil a realização “derradeira e penosa” dos tupis que chegaram a costa atlântica por volta dos séculos XIV ou XV, bem antes dos portugueses. As tribos tupis, segundo Darcy, “desfeitas e transfiguradas”, fizeram-nos o que somos: uns latinos tardios do além mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos”. (RIBEIRO, 1995, p.117).

O processo para assumir sua própria identidade foi longo e tortuoso para os brasileiros. O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que envolvesse “a gente variada que aqui se juntou, passa pela anulação das identidades étnicas de índios, africanos, europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como mulatos (negros com brancos) cablocos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios)”. (ibidem)

Aos neobrasileiros, feitos pela transfiguração de suas matrizes, coube a tarefa de fazer o Brasil.

III - Problemas em forma de indagações: quais são as possibilidades políticas para refundar a Res pública brasileira? Um novo porvir é possível?

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandescer, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 1995, p. 108)

O Povo Brasileiro é um estudo antropológico, certamente. Mas é, também e sobretudo, um discurso sobre as origens e os fundamentos das desigualdades e diferenças que perduram ainda nos dias atuais, em um Estado que se estrutura com fundamento em uma ética sem dignidade, consubstanciada no exercício da coação, discriminação e exclusão social.

Darcy assinala que o Estado brasileiro “não tem nenhum programa de reestruturação econômica que permita garantir pleno emprego a essas massas dentro de prazos previsíveis.” (Ribeiro, 1995, p.186) E, para reflexão dos leitores, registra uma série de questões:

Que fazer? Prosseguir o genocídio dos pioneiros, que nas terras de ninguém da Amazônia procuram seu pé-de-chão? Continuar castrando as mulheres de Goiás, por exemplo, para guardar não se sabe para quem? Insistir num liberalismo aloucado, que regeu a economia desde 64, enriquecendo os ricos e empobrecendo os pobres? Continuar imbuídos da ilusão de que o melhor para o Brasil é o espontaneísmo, regido pelo lucrismo dos banqueiros, que acabará por resolver nossos problemas? Até quando este país continuará sem seu projeto próprio de desenvolvimento autônomo e auto sustentável? (RIBEIRO, 1995, p.187)

Faz uma advertência: “Sendo o que somos, não se pode adiar mais a formulação de um projeto próprio que nos insira no contexto mundial, guardando nossa autonomia econômica para um crescimento autônomo”. (ibidem)

O que nos falta hoje? Indaga e responde, falta-nos:

“maior indignação generalizada, em face de tanto desemprego, tanta fome e tanta violência desnecessárias, porque perfeitamente sanáveis com alterações estratégicas na ordem econômica. Falta mais, ainda, competência política para usar o poder na realização de nossas potencialidades. (RIBEIRO, 1995, p. 187)

Hoje, uma das questões contemporâneas mais importantes precisa ser recuperada: a ideia de Humanidade, tal como a compreende Darcy. Compaixão pelo destino da humanidade. Para ele, a desigualdade entre as pessoas é fabricada; a pobreza não é só a destituição de bens materiais. É, sobretudo, a repressão do acesso às vantagens sociais. Não é somente a fome devastadora. É também: segregação, degradação, subserviência, proporcionada por um Estado avassalador e prepotente. A pobreza brasileira é, também, e no mesmo grau de importância da pobreza material, a pobreza política.

Na política, falta-nos, principalmente, maior publicização da coisa pública, distinguindo um domínio público - no sentido de interesse comum - opondo-se aos

assuntos privados; práticas abertas, opondo-se a processos secretos. Falta-nos, acrescentaria, re-fundar a *Res Publica*.

Para o antropólogo, as classes populares urbanas não devem ser consideradas como obstáculos sociais e políticos e, por essa razão, defendeu a educação como instrumento de superação de uma privação que não é do indivíduo mas da cultura escolar que lhe faz falta.

O que fazer? É necessário que o Estado brasileiro substitua o papel voraz de criar impostos pelo papel regulador da distribuição de bens. O Brasil de hoje está a necessitar que se faça o exame cuidadoso de seus sistemas político, econômico e educacional. Por fim, deixa às novas gerações de brasileiros o conselho para tomar o leme dessa iniciativa: “A tarefa das novas gerações de brasileiros é tomar este país em suas mãos para fazer dele o que há de ser, uma das nações mais progressistas, justas e prósperas da Terra”. (RIBEIRO, 1995, p. 187)

IV - Referências

RIBEIRO, Darcy. O Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório. Educação e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. III, n. 3, p. 13-30, 1958.

_____. Correspondência Darcy Ribeiro-Anísio Teixeira. Memorial Darcy Ribeiro, DR, Série Instituições diversas. Brasília, v. 1-7, p. 1, 1964.

_____, Darcy. O Processo Civilizatório. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____, Darcy. As Américas a Civilização. Processo de Formação e Causas do Desenvolvimento Cultural Desigual dos Povos Americanos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

_____, Darcy. Os Índios e a Civilização: A integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.

_____, Darcy. Os Brasileiros. Teoria do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1972.

_____, Darcy. O Dilema da América Latina – Estruturas de Poder e Forças Insurgentes. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

_____, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____, Darcy. *Diário Índios, Os Urubus Kaapor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____, Darcy. *Confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo Editora Pensamento Cultrix Ltda., 2011.

A Universidade Necessária: o compromisso civilizatório de Darcy Ribeiro

Lia Faria*, Carla Villanova** e Silvio Souza***

Resumo: Este artigo analisa o pensamento-ação de Darcy Ribeiro e como seus “fazimentos” influenciaram a educação superior brasileira. Com uma intensa participação política, nos anos 1960, criou a Universidade de Brasília (UnB) e, posteriormente, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), já nos anos 1990. O presente estudo afirma a importância do pensamento humanista e das ações do intelectual Darcy Ribeiro para a universidade no Brasil e na América Latina, inspirado na diversificação dos povos e no reconhecimento do que chamou de “processo civilizatório” para a construção da Universidade Necessária.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Universidade Necessária. Processo Civilizatório.

Abstract: This work analyzes the path made by Darcy Ribeiro and how his thoughts and acts influenced Brazilian education, mostly the university. He had an intense political participation in the 1960s, with the creation of the Universidade de Brasília (UnB), and of the Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) in the 1990s. This work talks about the importance of Darcy Ribeiro’s humanist thoughts and actions to the university in Brazil and Latin America, as he understood the importance of the pluralities of peoples and of what he called the “civilizing process” to the creation of the Necessary University.

Keywords: Darcy Ribeiro. Necessary University. Civilizing Process.

Resumen: Este estudio investiga el sentido de la universidad en el pensamiento de Darcy Ribeiro. Como su pensamiento contribuyó para el proceso de construcción y de autonomía de la Universidade de Brasília (UnB) en los años 1960 y de la Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) en los años 1990. El presente trabajo resalta la importancia del pensamiento humanista del intelectual Darcy Ribeiro. Se abordan sus hechos acerca de la Universidad Brasileña y la diversificación de los pueblos latinoamericanos a lo que Darcy Ribeiro llamó “proceso civilizatorio” y la idea de una Universidad Necesaria.

Palabras-clave: Darcy Ribeiro. Universidad Necesaria. Proceso Civilizatorio.

* Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ, professora colaboradora no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd). Coordena o Laboratório Educação e República (LER). Pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (2012) e em Ciência Política pelo IUPERJ (2008), doutora em Educação (UERJ/1996).

** Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias

*** Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) Professor de Filosofia e Sociologia da Secretaria Estadual de Educação (RJ) e Pesquisador no Grupo de Pesquisa Ideário Republicano e Educação Fluminense (UERJ/Proped-CNPQ).

A questão agora para o Brasil é que nós nos tornemos capazes de um projeto deixando de sermos um povo para os outros, para sermos um povo para nós mesmos. Isto importa em renovações muito profundas em toda a estrutura. Isto aplicado na universidade importa em universidade de um novo tipo. Uma universidade com alto sentido de responsabilidade social. (RIBEIRO, 2007, p. 45).

A epígrafe acima é bastante significativa no que tange ao *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro sobre a realidade brasileira, destacadamente no que se refere à edificação do país sobre os pilares da “dependência consentida” pelas elites dirigentes – uma relação que ocasiona o atraso para muitos e a “modernização” para poucos.

Como alternativa a esse processo contínuo de subordinação que vem se perpetuando ao longo de séculos, Darcy afirma a necessidade de mudanças profundas na estrutura social brasileira e indica como um dos caminhos possíveis para uma transformação em bases autônomas, a renovação da universidade como um lócus vital na produção de conhecimentos/saberes e, também, como um polo irradiador de cultura nacional, enfim uma *Universidade Necessária*¹.

Para que possamos refletir/compreender o *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro para a universidade brasileira, orientamos nossa argumentação tomando como base uma revisão da literatura, que consiste na análise das obras do próprio Darcy Ribeiro e da contribuição teórica de outros pensadores. Para essa empreitada, entrecruzamos os conhecimentos/saberes das áreas de Filosofia, Ciências Sociais e Educação, a fim de elucidar conceitos e estabelecer relações argumentativas visando o entendimento sobre a autonomia e o papel social da Universidade.

Ainda no campo teórico-metodológico, entendemos que as opções adotadas na abordagem e análise de uma determinada questão precisam ser compatíveis e coerentes com a visão/entendimento de mundo do pesquisador. Nesse sentido, pontuamos que o tema aqui proposto será desenvolvido de forma a contemplar as relações processuais de mudança coerentemente com o acercamento teórico do materialismo histórico, que nos auxilia na compreensão da dinâmica da realidade social e revela as contradições que lhe são inerentes. Destacamos que, ao abordarmos o *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro, tal conceito não será analisado de forma linear, mas dialetizando as mudanças possíveis rumo a um novo ordenamento social.

Darcy foi um intelectual marcado pelos contextos de época, e por meio de seu

¹ A expressão *Universidade Necessária* refere-se ao livro que Darcy Ribeiro escreveu no exílio. Trata-se de uma das mais importantes obras como análise crítica dos problemas com que se defronta a América Latina no campo da educação superior. Apresenta uma reflexão sobre a evolução histórica da idéia de universidade, revelando sua função de um instrumento possível para a aceleração do desenvolvimento nacional.

pensamento-ação buscava expressar o melhor da cultura do povo, sem desconhecer as enormes dificuldades sociais, econômicas e políticas. Entretanto, nunca se apresentou como vítima da história, mas como um ético participante dos grandes embates de seu tempo, visando à transformação da realidade cruel e injusta que foi imposta (ou que deixamos impor) aos nossos povos. É oportuna esta observação de Eric Nepomuceno (apud RIBEIRO, 2009, p. 10): “Darcy Ribeiro foi um homem de seu tempo e um intelectual de permanência. Havia nele, acima de tudo, o compromisso ético de mudar a sociedade, para um outro mundo que sabia possível”.

É nesse sentido que Darcy propõe a análise da universidade entendida em sua radicalidade² e que pressupõe aspectos associados às bases do desenvolvimento democrático da nação. Cabe registrar que, tradicionalmente, uma das funções principais dos sistemas educacionais modernos, destacadamente do ensino superior, é a formação das elites condutoras do país e a conseqüente ocupação de cargos político-administrativos, fundamentando a manutenção do *status quo* e perpetuando a idéia equivocada de que o povo deve ficar apartado da universidade. Essa é a base da sua crítica à instituição e para a qual apontava caminhos de superação dessa realidade.

Objetivando ultrapassar a visão de mundo limítrofe das elites (ou frações da elite), Darcy propõe como idéia-força da educação a edificação do autoconhecimento nacional, tarefa em que os sistemas educacionais públicos e suas instituições assumiriam papel de destaque. Toda a sua análise demonstra uma preocupação central com a reorganização do Estado brasileiro, buscando um comprometimento nacionalista dos cidadãos e, principalmente, denunciando o sistema de dominação existente em nosso país. Ao mesmo tempo, ele reconhecia a grande dificuldade em se aliar os “discursos políticos” à política efetiva de transformação das mentalidades e estruturas.

Desta maneira, a distância entre o que deveria ser feito e o que efetivamente se faz, sem dúvida, atormentava (e atormenta) aqueles mais comprometidos com a causa nacional. Segundo Darcy Ribeiro, para que a universidade contribuísse com o saber necessário à construção de uma nação soberana, era necessário construir um arcabouço teórico-prático que possibilitasse gerar alternativas e opções para a renovação de seus órgãos, atuando como referência para o diagnóstico e a crítica das estruturas vigentes:

² Estamos utilizando o termo em seu sentido mais profundo, isto é, “[...] radical (do lat. radicalis) é o que diz respeito à raiz das coisas, à sua natureza mais profunda, sem admitir restrição ou limite” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 229).

Segundo o nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. Em termos, marxistas, o processo pode ser descrito como uma ruptura provocada por contradições tornadas antagônicas entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, rupturas estas que acionam o trânsito de uma formação econômico-social à outra. (RIBEIRO, 1971, p. 25).

Seu objetivo seria a transição entre a universidade real e a *universidade necessária*, com a formulação de um projeto específico de transição progressiva de uma à outra, fazendo oposição aos projetos de colonização cultural e de perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência, propondo um projeto próprio que atendesse ao âmbito universitário e apontando pressupostos para o desenvolvimento autônomo da nação. Logo, pensava uma universidade com capacidade de criar e transformar as estruturas sociais no caso brasileiro e, em um escopo mais ampliado, nas demais nações latino-americanas.

Com relação à autonomia, nos cabe neste momento apresentar esse conceito nos limites necessários para a presente análise. Autonomia refere-se à capacidade do ser humano de tomar decisões que afetam e afetarão sua vida e, portanto, a sua integridade físico-psíquica, bem como o seu entorno social. Etimologicamente, a palavra *autonomia* se forma a partir de duas raízes gregas: *autós* e *nómos*. *Autós* significa si mesmo, próprio, algo que se basta, que é peculiar, e *nómos* significa tanto lei como regra ou ordem.

Esse agir autônomo permite ao humano (dentro de seus limites e possibilidades) se livrar das coações externas. Sendo o seu pensamento livre, suas escolhas serão feitas dentro de um movimento de “liberdade”, de decisão e ação própria, mesmo que inserido num grupo social. Em uma condição heterônoma, as decisões e opções são externas ao pensamento racional; situações como ignorância, escassez de recursos materiais, má índole moral entre outras, colocam também limitações que reduzem ou anulam a capacidade de autonomia.

Cabe destacar que o humano inserido em uma sociedade, por maior que seja a sua capacidade de autonomia, estará submetido aos limites e às devidas restrições acordadas democraticamente com os outros integrantes do grupo social com que convive naquele espaço-tempo. Sendo assim, a autonomia deve ser entendida como a capacidade do sujeito de escolher, questionar, decidir e agir na vida privada, bem como atuar na esfera pública, em consonância com os valores socioculturais e as normas coletivas.

Portanto, a autonomia é limitada por condicionamentos e situações sócio-históricas, não podendo ser absoluta. Darcy Ribeiro compreendeu as limitações da autonomia tanto no campo do humano e de suas intersubjetividades quanto no campo institucional da nação ou das nações periféricas sul-americanas (a *Pátria Grande*). Seu grande esforço teórico-prático contemplava a autonomia nacional, reforçando o comprometimento com o “nascimento de uma nova nação”. Ele travava um embate sem tréguas denunciando o atraso das elites nacionais que impediam (e impedem) a formação de uma civilização brasileira autônoma e democrática.

A autonomia assume centralidade no pensamento de Darcy e tem como um dos seus fundamentos a mestiçagem, elemento formador da América Latina e o caminho de nossa própria reinvenção futura. Seu pensamento-ação mirava uma utopia política que libertasse os povos latino-americanos da dominação externa e da mentalidade reacionária das nossas elites políticas:

Surgimos, assim, como Povos Novos, nascidos da desindianização, da deseuropeização e da desafricanização de nossas matrizes. Tudo isso dentro de um processo pautado pelo assimilacionismo, em lugar do *apartheid*. Aqui, jamais se viu a mestiçagem como pecado ou crime. Ao contrário, nosso preconceito reside exatamente na expectativa generalizada de que os negros, os índios e os brancos não se isolem, mas se fundam uns com os outros para compor, numa sociedade morena, civilização mestiça. (RIBEIRO, 1986, p. 112).

Entretanto, o que prevalecia, sob a perspectiva dos grupos hegemônicos, era que: “Aqui, o máximo que se alcança é uma democracia restrita à igualdade dos pares. E assim é porque as classes dominantes latino-americanas são, de fato, muito mais parecidas com o patriciado escravista romano³ do que com qualquer burguesia clássica” (RIBEIRO, 1986, p. 39).

Como estratégia de combate à “democracia restrita à igualdade dos pares”, é vital que a sua proposta de universidade pública se configure como um projeto coletivo, que necessita ser politizado (em seu sentido profundo de deliberação coletiva) para que possamos, concretamente, recuperar a *res* (coisa) pública.

Para abordarmos a práxis de Darcy Ribeiro no tocante ao ideário de universidade, faremos referência a algumas de suas principais proposições apresentadas na obra *A Universidade Necessária*, cuja composição dos textos é basicamente fruto de trabalhos publicados originariamente em diferentes países na época de seu exílio.

³ *Patriciado* deriva de *patricios*, que era o nome dado aos integrantes da aristocracia romana, assim chamados por se considerarem descendentes dos *patres*, isto é, daqueles cujo conjunto formou o Primeiro Senado Romano. Originalmente, os patricios representavam o Estado, o que lhes possibilitou o controle da cidade através de suas instituições.

Logo nas páginas iniciais d'A *Universidade Necessária*, Darcy faz um balanço sobre suas experiências que reflete tanto as mudanças que observa ao longo do tempo no espaço universitário, como também seu próprio processo pessoal e engajamento:

Em cada uma dessas experiências, redefini meu núcleo inicial de idéias sobre a universidade necessária formulado em Brasília, revisando-o frente a diferentes realidades e ampliando-o ante novas exigências. Não a ponto, contudo, de que os primeiros textos devessem ser abandonados, mas na devida medida em que eles exigissem supressão e aditamentos. (RIBEIRO, 1991, p. 02).

O que se observa é que Darcy Ribeiro foi um intelectual dos *fazimentos*⁴, um formulador de teorias e métodos de intervenção na realidade social. Sua ação mais direta sobre a concretude do real e que assumiu maior visibilidade foi o modelo da Universidade de Brasília (UnB) dos anos 1960. Nesse sentido, se revela um descontente diante da convivência da universidade com as forças responsáveis pela dependência e atraso da América Latina, conforme ele mesmo expressa: “Descontentamento com a mediocridade de seu desempenho cultural e científico. E descontentamento com sua irresponsabilidade frente aos problemas dos povos que a mantém” (RIBEIRO, 1991, p. 03).

Como um “descontente-otimista”, seu pensamento é capaz de vislumbrar a ação participativa do intelectual latino-americano efetivamente engajado na construção de uma América Latina consciente do seu potencial e capaz de instituir a primeira civilização solidária, *terra-mater* de um dos principais grupos étnicos do mundo.

Esse é um tema que Darcy procura desenvolver também em outras obras, como no caso de *A América Latina: a Pátria Grande*, coletânea de ensaios que objetiva um entendimento mais ampliado de nossa identidade e de como, historicamente, se processou nossa dependência em relação ao eixo central do capitalismo e a convivência e ferocidade das elites nacionais dominantes aos interesses hegemônicos do capital.

Com suas análises radicais, faz a denúncia da intencionalidade das ditaduras latino-americanas na “parceria” direta com os interesses internacionais:

As novas ditaduras militares do Brasil, da Bolívia, do Chile e da Argentina são também criações norte-americanas. São o correspondente político inevitável do domínio de nossa economia

4 A palavra *fazimento* foi criada e utilizada por Darcy Ribeiro para caracterizar a concretude do pensamento, isto é, o movimento do pensamento (teoria) com a sua ação concreta (prática). Designa a reação do homem às suas condições reais de existência na busca incessante da transformação social. Esse termo nos remete à palavra grega *práxis* (ação-reflexão-ação), que é um conceito utilizado para afirmar a relação dialética entre o homem e a natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com o seu trabalho, transforma a si mesmo.

pelas corporações transnacionais, que, não podendo ser legitimado pelo voto popular, tem que ser imposto pela mão de governos militares. Cada uma delas nos foi imposta através de movimentos programados cuidadosamente em Washington – com a ativa participação internacional (de desestabilização de governos democráticos e progressistas) seguida da apropriação do poder através de golpes de militares ianquizados. Uma vez implantada a nova ordem, seus mandantes atenderam solícitos a voz do amo. (RIBEIRO, 1986, p. 103).

Com o golpe civil-militar no Brasil e a queda do governo João Goulart, só restou como alternativa de sobrevivência o exílio. No período do exílio, Darcy atuou como especialista em reformas universitárias, colaborando com a Universidade da República Oriental do Uruguai (1964), com a Universidade Central da Venezuela (1969/1970), com a Universidade do Chile (1970/1971) e com o sistema universitário do Peru (1973). Portanto, quando Darcy Ribeiro pensa e estrutura a Universidade Necessária, sua reflexão-ação tem como objetivo mais ampliado a América Latina, a realização da *Pátria-Grande*. A base de suas propostas orienta-se por uma perspectiva teleológica de influir o futuro, pois, para Darcy:

Aos povos subdesenvolvidos não cabe qualquer outra orientação, exceto a de que somos povos em estado de ser, cuja forma ainda não foi plasmada. Povos que, em seu fracasso de incorporarem-se, autonomamente, à civilização presente, têm apenas um valor iniludível: sua condição de “tabula rasa”, de projeto do futuro, a realizar-se somente no marco da nova civilização. Povos que, mais uma vez, correm o risco de fracassar, caso nos anos vindouros se deixem induzir por suas elites dominantes, tal como ocorreu no passado, a percorrer os caminhos da modernização reflexa pela via da dependência. (RIBEIRO, 1991, p. 14).

Especificamente com relação à estrutura da *Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro propõe uma integração entre os sujeitos que compõem o espaço universitário na luta contra os projetos de colonização cultural que contribuem para a perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência externa. Em suas reflexões destacam-se as tensões entre as próprias potências centrais e como estas vem debilitando, ao longo do tempo, os mecanismos de preservação da ordem capitalista, abrindo, assim, outras possibilidades de construção societária. Conforme suas palavras: “O certo é que as manifestações de descontentamento contra a universidade e as sociedades, tal como são agora, por seu caráter universal, parecem anunciar o advento de novas formas de uma e outras” (RIBEIRO, 1991, p. 17).

Podemos afirmar que todo o seu esforço como *idealizador/fazedor* com vistas à reestruturação da universidade, ancorou-se fundamentalmente na resignificação do papel desta em sua função social na luta contra o subdesenvolvimento. Assim,

procurou questionar os bastidores da instituição e os valores/conduitas da sociedade da qual faz parte, percebendo-a como um importante agente de reprodução do mundo em que vivemos, e com potencial necessário para a transformação. Em seu entendimento, reforma universitária e mudanças sociais caminham lado a lado.

As utopias concretas de Darcy Ribeiro: UNB e UENF

O percurso da origem de Brasília até a criação de uma universidade na nova capital foi extremamente tortuoso. A proposta da criação da Universidade de Brasília (UnB) foi encaminhada por Juscelino Kubitschek ao Congresso no dia da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960. Desde então, até fins de 1961, uma intensa atividade foi desenvolvida para a concretização dessa empreitada, sendo Darcy responsável pelo direcionamento da discussão. Todo esse processo merece destaque, tendo em vista que a UnB, antes da sua concretude física, passou por um Congresso Nacional em meio à turbulência causada com a renúncia de Jânio Quadros.

Após a aprovação do projeto na Câmara Federal, Darcy Ribeiro, por meio de uma aliança com Filinto Müller, conseguiu, também, a aprovação da UnB no Senado Federal. Com extrema percepção política, percebeu o *momento-oportuno* e aproveitou a porta que se abriu para tentar fundar sua utópica Universidade da América Latina. Desta forma, em 15 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (FUB), mantenedora da futura universidade.

Após as negociações preliminares, logo na primeira reunião do Conselho Universitário, Darcy Ribeiro seria eleito o Reitor da nova instituição⁵. Deste modo, nascia naquele momento a mais moderna universidade brasileira, sendo a primeira instituição de ensino superior no Brasil a ter proclamado com todas as letras: “Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social”, conforme o artigo 2º do Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

Para que a Universidade fosse transformadora, precisaria estar integrada à sociedade e cumprir seu caráter público, realizando sua função social. O oposto seria a universidade burocratizada e profissionalizante, como mera reprodutora de técnicas, cujo objetivo principal somente atenderia às necessidades do mercado, contribuindo para a manutenção dos interesses das elites dominantes. Logo, para os

5 A lei que autorizou a criação da Fundação Universidade de Brasília é de 1961. Por esse motivo é que em algumas fontes se diz que a UnB foi “criada” em 1961, apesar de a inauguração efetiva do *campus* ter sido em 1962.

idealizadores da UnB, esse tipo de universidade (profissionalizante e asséptica) não seria capaz de criação e transformação da realidade nacional, muito pelo contrário, serviria apenas como uma instituição mantenedora do *status quo*.

Darcy defende que a universidade possui a mais alta responsabilidade para o exercício das funções relacionadas à conscientização crítica da sociedade, além de sua extrema capacidade de desenvolver a criatividade cultural e científica. Trata-se de uma instituição social, que deve ser politizada em prol do desenvolvimento de uma nação autônoma, em que o saber científico não atua de forma neutra. Portanto, ao se despolitizar ou colocar condições à universidade, se abriria um grande espaço para a submissão aos “interesses menos nobres”, aos interesses de poucos e, principalmente, aos interesses privados.

Para aqueles que defendem uma suposta neutralidade das instituições, em especial as educativas, é importante entender que o fechamento e a despolitização designam o âmbito do privado, da “priva-cidade”. Da privação da cidade⁶. Enquanto seu oposto, a abertura, define o âmbito do público. E se o propósito da educação é abrir o que está fechado e fechar, quando necessário, o que está escancarado, vulnerável, é possível afirmar que a educação despolitizada não é capaz de formar, ela “de-forma”.

Em linhas gerais, podemos identificar as inovações da UnB na comparação apresentada a seguir⁷:

Universidade brasileira tradicional

- Caráter de federação de escolas profissionais autárquicas e estanques, desprovidas de qualquer integrativo que lhes permita comunicar, interagir e cooperar;
- Esbanjamento de recursos tanto pela subutilização das disponibilidades materiais e humanas como pelas suntuosas edificações e equipamentos/instalações vistosos, mas dispensáveis;
- Estrutura profissionalista e unitarista que, fazendo corresponder a cada carreira uma escola, restringe a mobilidade do estudante, impedindo a troca de carreiras;
- Universidade colonizada e propensa ao mimetismo cultural, mas inautêntica por sua infidelidade aos padrões científicos internacionais, além de irresponsável na

⁶ A cidade (do grego *pólis*; *Cidade-estado*), em seu sentido socio-filosófico é a unidade política e social que serve de base para a agregação dos humanos. Logo, a cidade é responsável por esse agrupamento humano no qual cada pessoa é responsável pela existência de sua *pólis*, isto é, do conjunto social, ao contrário da “priva-cidade”, onde as questões políticas (deliberações coletivas) ficam reservadas ao âmbito privado.

⁷ Essa comparação é uma livre adaptação feita pelos autores que tem como fundamento as obras de Darcy Ribeiro: *A Universidade Necessária* (1991); *O Brasil como Problema* (1995); *Testemunho* (2009); *UnB: Invenção e Descaminho* (1978) e *Universidade pra quê?* (1985).

concessão de títulos e graus acadêmicos;

- Sujeição à hegemonia catedrática, na qual o professor vitalício tem a predisposição de escolher seu sucessor, dificultando a formação de pessoal mais qualificado. Carência de programas de pós-graduação para formar e expandir as atividades de pesquisa e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira;
- Incapacidade de dominar o saber científico e humanístico moderno, de cultivá-los por meio de pesquisas e estudos, de difundir-los por meio de um ensino de padrão razoável, visando às soluções dos graves problemas nacionais;

Universidade de Brasília (UnB)

- Integração mais completa entre os órgãos da instituição: institutos, faculdades e unidades complementares e, também, com os setores produtivos do país que deverão empregar os profissionais que ela formar;
- Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, permitindo a concentração e o melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos;
- Proporcionar modalidades novas de formação científica e especialização profissional e dar ao estudante após seu ingresso uma oportunidade de optar, quando mais amadurecido e mais bem informado, por uma nova orientação profissional;
- Preocupação com a seleção dos futuros quadros científicos e culturais do país porque, ao invés de fazer-se a seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o nível médio, se decidem por determinada orientação profissional, far-se-á entre todos os alunos que frequentam os institutos centrais e aí revelem aptidão para desenvolver pesquisas;
- Estabelecer a distinção entre atividades de preparação científica e as de formação profissional. Para isso, cria condições para que as faculdades cuidem melhor do seu campo específico de ensino e pesquisa aplicada, deixando aos institutos centrais as pesquisas básicas.
- Desenvolver programas tanto científicos quanto humanísticos a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional a oportunidade de fazer-se, também, herdeiro do patrimônio cultural e artístico da humanidade, além de ensinar uma integração mais completa da universidade com o país pela atenção aos problemas nacionais como tema de estudos e de assessoramento público.

Darcy Ribeiro sabia que a almejada autonomia não se alcança somente com recursos, mas, sobretudo, com a liberdade de *pensamento-ação*. Nesse sentido, a UnB ousou ser um palco de discussão em uma época tensionada, fazendo a opção de não

cercear as liberdades individuais e coletivas, uma vez que o principal norte era o desenvolvimento autônomo do país e da sociedade. O Brasil, nos dizeres de Darcy, “[...] não precisa de mais uma Universidade conivente com o atraso e a dependência. A Universidade necessita ter a utopia que ordene e concatene suas ações, proponha soluções e que tenha um plano de si mesma” (RIBEIRO, 1991, p. 78).

Sempre na busca de novas utopias, Darcy Ribeiro nos anos de 1990 planeja e constrói a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Essa criação teve como fundamento a concepção de uma universidade projetada para o futuro (*A Universidade do Terceiro Milênio*), capaz de atender às demandas crescentes de um mundo em constante transformação. Ele nos alerta em tom profético:

Com efeito, poucos anos nos separam do ano 2000. A maioria dos brasileiros estará viva no dia da passagem do segundo para o terceiro milênio, os alunos matriculados hoje nas universidades, nele é que trabalharão. Mas é de se perguntar se o Brasil de hoje, o povo brasileiro e, inclusive, a cultura acadêmica cultivada nas universidades, estão prontos e maduros para esse trânsito. A Civilização Emergente, como já se disse, tem como marca distintiva a de que se fundará nas ciências básicas e nas práticas tecnológicas que estão se gestando em nossos dias. Seu domínio, cultivo e ensino são condições essenciais para que não nos atrasemos, uma vez mais, na história. (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Deste modo, visando atender a esse paradigma de universidade de ponta, a UENF foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil que iniciou com um quadro docente em que todos os professores possuíam nível doutoral e, diferentemente da maioria das universidades brasileiras – onde a divisão estrutural é realizada sob a forma de departamentos/institutos –, a UENF se articulou por meio de centros, que são compostos de laboratórios temáticos e multidisciplinares.

Darcy Ribeiro, ao projetar a UENF, tinha em mente uma universidade moderna, capaz de dominar, transmitir conjunta e integralmente as novas ciências e tecnologias, além de garantir à região Norte Fluminense os instrumentos técnicos, científicos e pessoal qualificado indispensáveis ao desenvolvimento das atividades produtivas, notadamente no que se refere à exploração de petróleo e gás e à modernização do setor agrário.

Para viabilizar o projeto, em setembro de 1991, Darcy Ribeiro licenciou-se de seu mandato de Senador da República⁸ a fim de assumir a Secretaria Estadual de Projetos Especiais de Educação do governo do estado do Rio de Janeiro.

8 Sua cadeira no Senado foi então ocupada pelo suplente Abdias do Nascimento, ligado ao movimento negro (Conf. DARCY RIBEIRO SENADOR, c2022).

Além da preocupação com a infraestrutura arquitetônica, também valorizou a concepção acadêmica. Para avançar nesta questão, cercou-se de pesquisadores renomados para elaborar e apresentar o projeto da “Universidade do Terceiro Milênio”:

Para começar, nós recrutamos como professores os melhores cientistas no Brasil e até no exterior. A receptividade foi enorme. Entre eles estão Carlos Dias, a maior autoridade em Geofísica do Brasil (UFPA); o Doutor em Biofísica da UFRJ, Wanderley de Souza; Nilton Rocha Leal, especialista em Genética (Embrapa). E contratamos também 15 sábios da Rússia. Também vieram professores de Cuba, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Isso foi possível porque pela primeira vez no mundo há uma grande oferta de pessoal científico de nível quase *Prêmio Nobel*. A crise que houve com o mundo soviético fez com que muitos cientistas não tivessem mais condições de continuar trabalhando no país. [...] eu chamo a UENF de Universidade do Terceiro Milênio. Será um risco mortal para o Brasil não se integrar nessa nova era da ciência e tecnologia. (RIBEIRO, 1994, p. 194).

Darcy Ribeiro estava convicto da necessidade da criação de uma nova universidade, que contribuísse para a superação do *atraso* (regional/nacional) – essa era uma tarefa prioritária. No seu entendimento, com a *modernização reflexa*, o atraso não seria superado jamais, o que poderia acontecer residualmente é que alguns brasileiros (grupos pertencentes às elites dirigentes) teriam a oportunidade de experimentar os bens da modernidade, mas o país manteria sua inserção subordinada a sistemas tecnológicos externos.

Apenas pela *aceleração evolutiva*, mediante a mobilização de fatores endógenos à própria sociedade, é que seria possível almejar o desenvolvimento autônomo, com base no potencial de criação e produção/domínio do conhecimento. Para ele, naquele momento, a Universidade Estadual do Norte Fluminense deveria ser uma das protagonistas do binômio modernização/progresso econômico.

Desta forma, propunha constituir uma *universidade de pesquisa* voltada para a *aceleração* das potencialidades econômicas do norte do estado do Rio de Janeiro, com influências socioculturais em todo o país. Conforme seu entendimento, nascia uma instituição imbuída da *missão histórica* de atualizar o Brasil em relação aos principais campos do saber, mediante seus laboratórios temáticos e centros integrados e de experimentação, nos quais as tecnologias mais avançadas poderiam ser praticadas, ensinadas e, principalmente, criadas de forma autônoma.

Vale lembrar que Darcy Ribeiro foi visionário ao enxergar o potencial do petróleo/gás na região Norte Fluminense e a urgência dos investimentos de ciência e tecnologia (C&T) nessa área, muito antes da descoberta do pré-sal. Ao assumir o

compromisso de projetar a UENF, teve a capacidade de vislumbrar a necessidade da simbiose conhecimento/aplicação com base nas tecnologias de última geração.

O plano original idealizado para a UENF sofreu algumas apropriações e não se concretizou plenamente na prática. Mas entender a jovem instituição como um comprometimento da *aventura histórica* de se criar uma *Universidade-Semente* em parâmetros elevados, é certamente a grande herança intelectual deixada por todos que estiveram engajados à frente deste movimento por uma universidade pública e autônoma no Norte Fluminense. Vale a pena, mais uma vez, lembrar Darcy Ribeiro quando nos alertou sobre a possibilidade de sermos somente consumidores dos “frutos” de uma modernização reflexa:

Surge no horizonte uma outra revolução tecnológica mais radical que as anteriores. Se uma vez mais nos deixarmos fazer consumidores de seus frutos, em lugar de dominadores de sua tecnologia nova, as ameaças sobre a nossa sobrevivência e sobre a soberania nacional serão ainda mais intensas. (RIBEIRO, 1996, p. 262).

Em 23 de outubro de 2001, data da promulgação da Lei Complementar nº 99, Darcy Ribeiro (já falecido em 1997) tem seu nome incorporado ao da UENF. Assim, apesar de todas as tensões que envolveram a criação da *Universidade do Terceiro Milênio*, seu nome ficou registrado para sempre na instituição, marcando a utopia do homem que viveu o seu tempo e projetou o futuro.

Universidade Necessária e América Latina: influências e caminhos

Ao buscar entender a universidade latino-americana, Darcy Ribeiro identificou como principal força renovadora a Reforma de Córdoba, de 1918⁹. Assim, investigamos os pressupostos que o levam a considerar *O Manifesto de Córdoba* como um marco, identificando alguns aspectos desse ideário.

Esse ideário reformista diz respeito ao contexto social latino-americano em que as elites intelectuais começam a tomar consciência do caráter autoperpetuador de seu atraso em relação a outras nações e das responsabilidades sociais da universidade para com o desenvolvimento nacional em bases modernas e democráticas:

9 A Reforma de Córdoba de 1918, na Argentina, é um marco histórico fundamental para se compreender os demais processos de reforma universitária ocorridos em outros países latino-americanos, tais como: Peru, Cuba, Uruguai, Chile e outros, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto de estudo a democratização da universidade (autonomia, eleição de dirigentes, concursos públicos, docência livre, gratuidade do ensino, democratização do acesso, integração, entres outras possibilidades).

As universidades foram até aqui o refúgio secular dos mediócras e o que é pior ainda – o lugar em que todas as formas de tiranizar e de insensibilizar encontraram a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim o reflexo fiel destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer o triste espetáculo de uma imobilidade senil. É por isso que a ciência frente a estas casas mudas e fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca ao serviço burócrático. Nosso regime universitário é anacrônico. Está fundado em uma espécie de direito divino: o direito divino do professorado universitário. (TUNNERMANN, 2008, p.35)

Como podemos observar, as características diferenciais das universidades hispano-americanas provêm do programa de Córdoba,¹⁰ destacadas algumas de suas principais postulações, como, por exemplo, a autonomia política docente e administrativa da universidade; a seleção de corpo docente por meio de concursos públicos; liberdade docente; a eleição de todos os mandatários da universidade em assembleias, com representação de professores, estudantes e egressos; a gratuidade do ensino superior; assunção, pela universidade, de responsabilidades políticas com a nação; a defesa da democracia, entre outras.

É digna de nota a atualidade de alguns de seus postulados, ainda que reconheçamos a especificidade de cada país, e aponta-se que esse marco histórico é fundamental para entendermos o processo da reconstrução intelectual universitária latino-americana. Deste modo, é a partir desse movimento que o desejo pela reforma da universidade tradicional e elitista passa a apresentar características semelhantes, em que os privilégios e a tirania das cátedras são questionados.

Assim, um dos eixos norteadores da reforma contemplava a questão da autonomia das instituições. Ao mesmo tempo em que foi uma reforma reivindicada por estudantes e professores jovens, o marco liberal orientou as diretrizes referentes à educação de um modo geral, de modo que o Estado deveria ser o principal agente educativo, uma vez que a sociedade civil ainda não demonstrava um potencial de organização coletiva.

As análises de José Carlos Mariátegui sobre os acontecimentos de Córdoba atestam

10 Sobre a Reforma Universitária de Córdoba: “O movimento estudantil, que se iniciou com as lutas dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento da nova geração latino-americana. A ânsia da reforma apresenta-se com características idênticas, em todas as universidades latino-americanas. Os estudantes de toda a América Latina, ainda que levados à luta por protestos peculiares de sua própria vida parecem falar a mesma linguagem. Esse movimento intimamente conectado com a vigorosa agitação do pós I Guerra Mundial (1914-1918). As esperanças messiânicas, os sentimentos revolucionários, as paixões místicas próprias do pós-guerra, repercutiram particularmente na juventude universitária da América Latina” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 129-130).

que o movimento reformista, no princípio, careceu de homogeneidade e autonomia, aceitando como novas as ideias democrático-liberais; mas justamente por sua ação próxima e crescente com o avanço das classes trabalhadoras e a diminuição dos velhos privilégios econômicos é que o movimento pôde ser compreendido como um processo de renovação do pensamento crítico-social latino-americano.

Importante pontuar que o movimento dessa reforma não deve ser analisado a partir de uma agenda exclusivamente voltada para a educação superior, mas necessita ser considerado levando-se em conta a relação entre universidade-política. A experiência ocorrida em Córdoba é lembrada pelo caráter radical da reforma estudantil e pela luta por uma universidade científica, moderna e democrática. Muito além do caráter local, esse movimento se insere no contexto de uma sociedade que assiste ao fim da I Guerra Mundial, à Revolução Russa e à crescente urbanização e proletarização. Sobre as mudanças no plano da vida social na América Latina destacamos as reflexões de Ruy Mauro Marini:

A divisão internacional do trabalho que teve lugar no período após a I Guerra Mundial abre espaço para que nos países latino-americanos se comece um processo de industrialização, cuja contrapartida é a criação do mercado interno, o qual impacta a diferenciação de classes. Os movimentos de classe média e classe operária impõem novas alianças sociopolíticas radicalizando as contradições entre a oligarquia agro-comercial e a burguesia industrial, levando a novos tipos de Estado, baseados no nacionalismo e em pactos menos excludentes. Paralelamente, se intensificam as relações comerciais e políticas entre os países da Região, suporte necessário para o conceito autônomo de latino-americanismo. (MARINI, 2007, p. 228).

Sobre Córdoba, Darcy Ribeiro a define como a principal força renovadora da universidade e do pensamento latino-americano. Em sua análise sobre o tema, assim se manifesta:

Dada sua amplitude e ambições, este programa continua sendo a bandeira de luta tanto dos estudantes como de grande parte dos professores latino-americanos. Sua pedra de toque, entretanto é o regime do co-governo, acusados por uns de degradar a universidade, de politizá-la e impedi-la de exercer suas funções fundamentais e visto por outros como o grande motivo de orgulho das universidades hispano-americanas. (RIBEIRO, 1991, p. 124).

Suas reflexões prosseguem indicando que os dois juízos acima descritos polarizam as posturas mais reacionárias e mais progressistas dentro da própria instituição universitária. Uma apreciação crítica sobre o cogoverno indica que ele, como qualquer outra ação que seja empreendida como estratégia de mudança, poderia

tanto conduzir a universidade a deformações quanto a avanços, mas, sem dúvida, tal concepção de gestão assumiu um protagonismo no debate, para além dos muros da universidade.

Torna-se importante frisar que os princípios nortecedores da Reforma de Córdoba, destacadamente aqueles relacionados à autonomia universitária (de ordem administrativa, financeira e pedagógica), representatividade e o comprometimento com as questões sociais, permanecem como referência para (re)pensarmos a instituição universitária até os dias de hoje. Nesse sentido, é oportuna a análise de Roberto Leher sobre essa questão:

Não deixa de ser surpreendente que docentes estudiosos da educação superior em distintos países latinoamericanos reivindicuem como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba. A preocupação com o pluralismo, a liberdade de pensamento e a autonomia universitária vem sendo sustentada como um tema prioritário, tendo em vista a crescente dependência das universidades aos imperativos financeiros e instituições particularistas. Tais imperativos direcionam as atividades universitárias de modo discriminatório, privilegiando as esferas mercantis e penalizando as pesquisas básicas (gramscianamente) desinteressadas e, principalmente, as investigações motivadas pela necessidade de enfrentar os grandes problemas nacionais dos povos e, por isso mesmo, críticas ao padrão de acumulação em curso e à sua superestrutura ideológica, o social-liberalismo. (LEHER, 2008, p. 58).

Ao revermos o ideário contido no referido movimento, é possível perceber sua influência no pensamento de Darcy Ribeiro em suas propostas para a *Universidade Necessária* no plano nacional dos países latino-americanos, mas também como importante instância articuladora da *Pátria Grande*. Reforçamos a atualidade de seus ensinamentos, que em muito podem contribuir para a realização de um projeto de renovação institucional que tenha como principal finalidade sua autonomia e emancipação. Um projeto que seja: “[...] tão significativo para a geração atual quanto foi o manifesto de Córdoba para a geração dos últimos cinquenta anos” (RIBEIRO, 1991, p. 126).

Para Darcy, a grande tensão que envolve a universidade está entre dois modelos: o primeiro refere-se à “modernização reflexa”, que sustenta a suposição de que a universidade, para se tornar igual às “universidades adiantadas”, tem que passar por “aperfeiçoamentos e inovações” conforme os parâmetros ditados pelos países centrais, isto é, a cópia deformada dos modelos externos; o segundo modelo seria o “desenvolvimento autônomo” (ou “política autônoma”), que defende uma universidade que escape da função de “perpetuadora das instituições sociais” a partir de uma independência intencional de suas formas de pensar-agir.

No tocante à “modernização reflexa”, Darcy Ribeiro é bastante enfático, afirmando que é um processo que nos torna “proletários externos de outros povos”, pois fazemos parte de um modo de produção integrado a um plano global, assim, pertencentes de uma “mesma história”, uns autonomamente e outros, dependentes. Desta forma, privilegiando-se a “política de modernização”, a nossa universidade latino-americana permanece inconsciente de si mesma e da sociedade a que serve.

Por outro lado, o “desenvolvimento autônomo” requer o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade, o que implica diagnosticar os problemas e estabelecer objetivos estratégicos visando uma *Universidade-instrumento*:

Enquanto a política modernizadora aspira, só a reformar a universidade, de modo a torná-la mais eficiente no exercício de suas funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e submetidas à espoliação neocolonial, a política autônoma pretende transfigurar a universidade como um passo no sentido da transformação da própria sociedade, a fim de permitir-lhe, em prazos previsíveis, evoluir da situação de proletariado externo – limitado a satisfazer condições de vida e de prosperidade de outras nações – à dignidade de povo para si, senhor do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como nação autônoma. (RIBEIRO, 1991, p. 26).

Assim, em seus estudos como especialista e reformador de universidades, ele apontava que, para o desenvolvimento nacional dos países subdesenvolvidos, todos os tipos de ensino deveriam ser elevados; entretanto, caberia à universidade o papel de destaque, pois ela seria um ponto de resistência, principalmente, para a América Latina na luta contra a “modernização reflexa”, cujos benefícios são restritos a segmentos sociais específicos, sem nenhuma pretensão de se estender à totalidade da população.

Mas seria possível pensar uma universidade (nos países periféricos) como alavanca da aceleração e superação da dependência? Tal questão remetia a outras muito mais agudas, pois não podemos nos esquecer de que os encaminhamentos dados a esse tipo de universidade autônoma afetariam os destinos da sociedade em seu conjunto. Conforme Darcy Ribeiro:

Esta questão provoca várias outras mais concretas: podem nações subdesenvolvidas ter universidades desenvolvidas? Poderemos financiar, com os magros recursos do subdesenvolvimento, a implantação de universidades melhores? Que tipo de organização deve corresponder às universidades empenhadas na luta pelo desenvolvimento nacional autônomo?

Será possível, mediante a instituição do autogoverno, e explorando as contradições da própria clientela universitária, reestruturá-la para que sirva mais à mudança do que à preservação da estrutura social vigente? (RIBEIRO, 1991, p. 31).

Ao buscar responder essas inquietações, devemos lembrar que as opções das elites dirigentes latino-americanas apartadas do povo, sempre representaram um entrave à elaboração de projetos emancipatórios:

O povo foi excluído do projeto, porque compelido a exercer o papel de proletariado externo dos núcleos cênicos de um sistema econômico de base mundial, e destinado a manter, com seu trabalho, os privilégios da classe dominante nativa e os lucros de seus associados estrangeiros. Nossos próprios esforços no sentido do conhecimento da realidade física e social de nossos países foram, provavelmente, menores do que poderiam ter sido, e para eles as universidades nem sempre concorreram com a maior contribuição. [...] Ainda hoje, a produção científica da América Latina, referente à sua realidade, é menos abundante e, quiçá menos valiosa do que a estrangeira. Quem quiser entender-nos aqui ou alhures, terá geralmente de recorrer antes à bibliografia estrangeira do que a nacional, nas diversas disciplinas científicas. (RIBEIRO, 1991, p. 32).

Cabe ressaltar, que a questão central apontada por Darcy Ribeiro não é uma fobia ao estrangeiro, mas a responsabilidade por nosso destino, isto é, temos que ser responsáveis pela edificação de uma instituição que possa ser uma *Universidade-instrumento* na construção de nações autônomas. Caso contrário, ficaremos reféns de decisões externas ou de setores hegemônicos locais que vão reforçar os pressupostos da “neocolonização”, impossibilitando-nos de diagnosticar nossa realidade e inviabilizando propostas originais que possam atender a maioria das populações latino-americanas.

Logo, o alvo estratégico para a construção dessa *Universidade Necessária* aponta para um enfrentamento às elites dirigentes que se beneficiam e colaboram para promover os interesses estrangeiros – grupos que defendem que o futuro de nossa universidade consiste em manter-se dependentemente atada ao modelo externo, como resalta, mais uma vez, Darcy Ribeiro:

Quando se pensa na generosidade de fundações, banqueiros e governos estrangeiros, a oferecer empréstimos dadivosos e a patrocinar pesquisas, a mandar especialistas solícitos para prodigalizar conselhos e promover conferências interamericanas em que a integração universitária é elevada ao nível de importância dos problemas do mercado comum, ou da defesa continental, cumpre indagar: que há por trás de tudo isto? E, mesmo não sendo possível afirmar que toda a ajuda e todas as intenções sejam intrinsecamente inconvenientes, é indispensável

afirmar que elas têm conteúdos políticos não explícitos. (RIBEIRO, 1991, p. 38)

Devemos ter a devida atenção para a crescente intervenção das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e sua agenda educacional¹¹ para os chamados países em desenvolvimento. Desta forma, as análises de Darcy Ribeiro no tocante à educação-dependência e economia-mercado revelam-se muito atuais para compreendermos as diferentes realidades da América Latina e o panorama internacional.

Atualizando essa discussão, assinalamos que, em função dos avanços desmedidos do modo de produção capitalista¹², as “metamorfoses do capital” estão afetando diretamente, também, os países centrais, como podemos verificar nos estudos recentes de Belmiro Gil Cabrito sobre a “dependência europeia”:

Apesar das ‘boas intenções’ veiculadas na retórica de responsáveis da União Européia após inúmeras reuniões e cúpulas, no sentido do reforço da coesão social e do desenvolvimento dos indivíduos e das populações e inerentes à construção de uma sociedade do conhecimento, coloca-se uma questão fundamental: será que o processo iniciado com a *Declaração de Bolonha* contribuirá para aquele desenvolvimento pessoal e coesão ou é mais um instrumento globalizado cujas propostas nas teorias do capital humano, servem aos objetivos da economia? (CABRITO, 2009, p. 37).

Se no caso europeu a situação é grave, em particular na América Latina a perspectiva para a construção de uma universidade autônoma e efetivamente necessária permanece distante, conforme se pode identificar nas análises de Pablo Gentili:

Hay un campo em que los gobiernos posneoliberales de América latina parecen enfrentar enormes dificultades, mostrando no pocas limitaciones para implementar políticas democráticas que consoliden su carácter público: las universidades. Por diversos motivos, y a noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba, la delantera em formulación de propuestas de cambio para las universidades latinoamericanas La siguen detentando los sectores más conservadores y tenocráticos de nuestras sociedades. Em rigor, hoy la propia enunciación de la necesidad de una ‘reforma universitaria’ parece patrimonio de quienes

11 A conjuntura histórica internacional das décadas de 1960 e 1970 permitiu ao Banco Mundial (BIRD) assumir o controle da divisão internacional do trabalho e do conhecimento, definindo, desta forma, quais seriam os países produtores de ciência e tecnologia e, principalmente, restringindo as políticas educacionais dos países da África e da América Latina (conforme sinalizado por Silva [2002]).

12 Estamos considerando o desdobramento do modo capitalista de produção, ou melhor, o *sistema metabólico do capital* (Conf. MÉSZÁROS, 2011).

defienden la implementación de políticas de privatización y mercantilización de la enseñanza superior y no de aquellos que defienden una perspectiva transformadora y emancipadora para nuestras sociedades y sus universidades. (GENTILI, 2008, p. 39).

Com base nas reflexões mais contemporâneas, é vital lembramos que o debate sobre a *Universidade Necessária* proposto por Darcy nos anos 1960/1990 continua rondando o nosso presente, e permanecemos nos indagando sobre os grandes dilemas que afetam o Brasil e demais países da América Latina: por que não temos assegurados os direitos humanos: alimentação, saúde, habitação, trabalho, educação, segurança? Por que ainda há tanta exclusão e desigualdade social? Como as instituições educacionais podem ser (re)formadas para contribuir com a autonomia pessoal e nacional dos povos marginalizados e periféricos?

As respostas a essas questões já estão elucidadas, a busca se orienta pela superação dessas indagações, o que nos remete à esfera política-participativa, para a construção de conhecimentos que ofereçam a possibilidade de autonomia dos humanos e suas coletividades (regionais/nacionais) em um novo tempo-espaco civilizatório, conforme previu Darcy.

Reconhecemos que a Universidade permanece *necessária*, locus privilegiado para a promoção de pensamento e práticas autônomas, demandando cada vez mais a participação ético-política dos atores envolvidos no espaço acadêmico superior. Entretanto, não podemos ter a ingenuidade de acreditar que bastam o envolvimento e engajamento dessa instituição e sua comunidade acadêmica para empreender a transformação radical de que a nossa sociedade necessita, pois temos um processo histórico de exploração, e a luta e as formas de expropriação assumem na contemporaneidade contornos tanto cruelmente explícitos quanto muito mais sutis.

Considerações em permanente (re)construção

Após 60 anos do primeiro *fazimento* de Darcy Ribeiro para a universidade brasileira, podemos identificar que as utopias presentes em seu pensamento (os projetos originais) não foram plenamente concretizadas, daí o uso da palavra utopia. Segundo esse olhar, teríamos mais um projeto, um sonho, enfim, um “não-lugar ideal”¹³ que não pôde ser realizado plenamente no seu tempo histórico, dadas as condições externas

13 Utopia, do grego: ou: negação; topos: lugar, literalmente significando “não-lugar ou “lugar-nenhum”. Esse termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516) tem como idealização um lugar (ilha) perfeito onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os homens e mulheres seriam iguais, livres e, principalmente, viveriam em “harmonia”.

e internas do país. Entretanto, se analisarmos com mais atenção, compreenderemos que a utopia não é para ser concretizada, a utopia é o horizonte que estimula a caminhada dos seres humanos. Neste sentido, certos marcos e personagens históricos (Darcy Ribeiro, sem dúvida é um deles) nos inspiram e nos provocam a avançar na construção de uma *Humanidade para todos os humanos*.

Nessa direção civilizatória, tanto a Universidade de Brasília (UnB) quanto a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) não foram diferentes de tantas outras utopias históricas pelas quais sempre valeu (e vale) a pena lutar, conforme as palavras precisas e necessárias de Eduardo Galeano (2007, p. 310) em sua obra *Janela sobre a Utopia*: “Ela está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”.

Darcy Ribeiro propôs uma reforma estrutural nas universidades latino-americanas, alertando que a universidade deveria ser um espaço autônomo de pensamento, como uma utopia a ser perseguida. Em seu modelo de universidade, faz a distinção entre “um fato, no mundo das coisas” e “uma utopia, no mundo das idéias”. Como vimos, sua proposta é baseada em oposição ao que existe, e teria de ser assim para superar o atraso de nossa sociedade: uma universidade proporcionadora de desenvolvimento autônomo em face de um cenário de dependência e colonização cultural.

Nessa tensão entre “o que existe” e o “que precisa existir”, ele aposta na segunda, pois em seu entendimento, a *Universidade-Necessária* deve fomentar os desejos e as demandas concretas da sociedade e, mais ainda, deve direcioná-las criticamente, visando à superação das crises estruturais permanentes. Tal universidade deve apontar como função social formar os quadros que irão ter atuação efetiva no desenvolvimento autônomo do país. Desta forma, em sua análise, é imperativa a responsabilidade dos intelectuais (que estão sendo formados na universidade), no sentido de contribuir para desnaturalizar o nosso aparentemente eterno atraso.

Desta forma, entendemos que as reflexões darcylianias sobre a universidade nos fornecem pistas importantes para que possamos *pensar-agir* em uma direção emancipatória, em que a economia-mercado seja apenas uma das peças que compõem a vida moderna, e não o foco central. Assim, poderemos ousar um *teorizar-fazer* em direção a outro caminho, que não esteja centrado em processos estritamente mercantis.

Nesse caminho tortuoso (com avanços e recuos), é importante elaborarmos estratégias (e as universidades podem contribuir muito nessa direção, com ensino, pesquisa e extensão) que possam contribuir e viabilizar transformações sociais que

atendam às demandas da população, sobretudo dos grupos historicamente excluídos e subalternizados, rompendo com este modelo estrutural de privilégios para as frações de classe que estão no topo da pirâmide social.

Para Darcy Ribeiro, ao pensar a *Universidade Necessária*, profissionais e cientistas formados nessa instituição devem fazer de sua indignação a força para desvelar a nossa condição de periferia e atraso histórico, para que a partir da compreensão dessas estruturas de dependência (intencionalmente construídas) possamos elaborar uma consciência nacional autônoma. Dessa consciência, nascem os fundamentos necessários para o ingresso do “país subdesenvolvido” em uma fase civilizatória que assimila a cultura dominante, mas não ignora a originalidade e as potencialidades de seu povo. Essa ruptura significa uma capacidade de traduzir a vontade de um povo, num sentido efetivo de nação, de completude.

Ao longo deste artigo, nos acompanhou a seguinte indagação: esses questionamentos e tantos outros ainda são válidos para a universidade dos nossos dias? Acreditamos que sim, no sentido de construir estratégias que favoreçam a universidade a repensar as bases sociais em que se fundamenta. Assim como no passado, não será por via da dependência externa ou da dependência local, sob a hegemonia de grupos dominantes com interesse múltiplos e distanciados do povo, que conseguiremos atingir a *Universidade Necessária*. A política de desenvolvimento autônomo exige o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade, e só pode ser executada mediante cuidadoso diagnóstico de seus problemas.

Cabe ressaltar que passados os tempos de deslumbramento com a “modernização”, hoje seguramente identificamos que a sua defesa imediata não tem ressonância, pois é fácil constatar as consequências perversas dessa “modernização”, com a produção dos bens apropriada por setores minoritários da sociedade, que utilizaram o poder midiático para silenciar propostas alternativas e plausíveis de outras possibilidades societárias. Essa nova (des)ordem global nos desafia a refletir e a recuperar o arcabouço teórico e as ações concretas dos intelectuais que acreditaram na construção de projetos de nações autônomas. Darcy, com todas as críticas possíveis (e não foram poucas), foi um desses personagens que ousaram pensar e falar, de igual para igual, com as nações que estavam no centro decisório do mundo, uma fala que tinha como objetivo central a autonomia do seu próprio país, de sua nação tropical e mestiça.

Referências

BRASIL. Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962. Aprova o Estatuto da Universidade de

Brasília. Rio de Janeiro, 1962.

CABRITO, Belmiro Gil. Globalização e mudanças recentes no ensino superior na Europa: O processo de Bolonha entre as promessas e as realidades. In: MANCEBO, Daise (Org.) **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p.35-59.

DARCY RIBEIRO SENADOR. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, c2022. Disponível em: <www.fgv.cpdoc.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GENTILI, Pablo. **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEHER, Roberto. Reforma universitária de Córdoba, noventa anos: um acontecimento fundacional para a universidade latinoamericana. In: GENTILI, Pablo (Org.). **La reforma universitaria**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 52-65.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2011. v. II.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: UnB, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (Org. Guilherme Zarvos). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. (Coleção Encontros).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Darcy. Salvemos a Nação Brasileira [Entrevista/Notas e Plano Orientador da UENF]. **Carta 1**, n. 10, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade pra quê?** Brasília: Editora da UNB, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: Invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: Autores Associados; FAPESP, 2002.

TUNNERMANN, Carlos. **90 anos de la Reforma Universitaria de Cordoba (1918-2008)**. Manágua, Editorial Hispamer, 2008.